

# TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÃO SELETIVA NOS TERRITÓRIOS NACIONAIS SUL-AMERICANOS: A AÇÃO GEOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS ENTRE O BNDES E A ALADI

Fabricio Gallo<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste texto é o de interpretar o território usado na América do Sul a partir da política praticada pelo governo brasileiro através dos convênios estabelecidos entre o BNDES e a ALADI, por meio do financiamento da ampliação e melhoria dos sistemas de engenharia nos territórios nacionais sul-americanos. A implantação seletiva de macrossistemas técnicos promovida por empresas brasileiras, muitas vezes visa atender os interesses dos governos nacionais, mas, também, busca atender o imperativo da aceleração dos fluxos do período atual, uma exigência das grandes corporações globais para se instalar nos territórios de países subdesenvolvidos, ou seja, atendem aos impulsos globais dos agentes hegemônicos. Assim, entendemos que a realidade das formações socioespaciais latino-americanas (dos maiores e menores países) seria uma constante dialética entre fatores internos e fatores externos.

**Palavras-chave:** difusão seletiva; macrossistemas técnicos; formações sócio-espaciais; BNDES; ALADI.

## TERRITOIRE UTILISÉ ET MODERNISATION SÉLECTIVE DANS LES TERRITOIRES NATIONAUX DE L'AMÉRIQUE DU SUD: L'ACTION GÉOPOLITIQUE DE L'ÉTAT BRÉSILIEN PAR DES CONTRATS ENTRE ET LE BNDES ET L'ALADI

**Résumé:** L'objectif de cet article est à interpréter le territoire utilisé en Amérique du Sud à partir de la politique pratiquée par le gouvernement brésilien à travers des contrats établies entre la BNDES et l'ALAD par le financement de l'expansion des systèmes de l'ingénierie dans les territoires nationaux de l'Amérique du Sud. La diffusion sélectif de macrosystèmes techniques fait par les entreprises brésiliennes, vise souvent à servir les intérêts des gouvernements nationaux, mais vise également à répondre à l'impératif des flux de l'accélération de la période actuelle,

<sup>1</sup> Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Docente do curso de graduação em “Geografia: território e sociedade na América Latina”. Endereço de contato: UNILA – Av. Tancredo Neves, 6731, Bloco 4, Caixa Postal 2044, CEP 85867-970, Foz do Iguaçu - PR – Brasil. fabricio.gallo@unila.edu.br.  
*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

une demande des grandes entreprises mondiales pour s'installer dans les territoires des pays en développement, en d'autres termes, satisfaire les intérêts globaux des agents hégémoniques. Ainsi, nous comprenons que la réalité des formations socio-spatiales de l'Amérique Latine est une constante dialectique entre facteurs internes et facteurs externes.

**Mots-clés:** territoire utilisé; macrosystèmes techniques; formations socio-spatiales; BNDES; ALADI.

## INTRODUÇÃO

No atual *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002) faz-se necessário interpretar o processo de tecnificação seletiva na ampliação das materialidades na América Latina, a partir dos nexos existentes entre o redesenho da América do Sul (e a inserção dos países que a compõe como *formações socioespaciais*<sup>2</sup> periféricas no mundo globalizado) e as obras de engenharia que aumentam a *densidade técnica* (SANTOS, 2002) de parcelas dos territórios nacionais. Para uma análise dessa natureza propomos tomar como objeto empírico a geografização das obras e aparatos técnicos – decorrentes da ação de empresas brasileiras e os governos dos países sul-americanos – e que renovam a materialidade do território.

A maneira como ocorre essa difusão das modernizações, ou, difusão seletiva do *meio técnico-científico e informacional* (SANTOS, 2002) não é isenta ao quadro institucional dos territórios nacionais, isto é, a distribuição pelo território das grandes obras de engenharia e dos objetos técnicos modernos obedecem não só a uma localização *optima* racionalizada por caracteres técnicos, mas também por escolhas estabelecidas em razão dos pactos políticos.

Sob a ótica teórica, compreendemos que cada recorte do espaço geográfico acolhe de maneira particular a combinação de objetos e ações. Um desses recortes é o território; no entanto, não é o território em si, ou seja, somente a sua dimensão material, mas o território compreendido através da dimensão material e os seus usos sociais (SANTOS, 2005; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Para tanto, consideramos que o conceito território usado (SANTOS, 1999, 2002; SILVEIRA, 2009, 2011; RIBEIRO, 2003, CATAIA, 2011) se demonstra como instrumento analítico relevante. Silveira (2009, p. 129) aponta que o “território usado abriga as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, as que se realizam diante de nossos olhos”. Essa noção de território usado é uma ferramenta significativa na tarefa de se analisar sistematicamente a constituição do território na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto numa totalidade cindida em duas matrizes: de um lado as materialidades (ou configuração territorial) e, por outro lado, as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas.

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de formação socioespacial Milton Santos (1977) adverte que as realidades e as noções dos conceitos de sociedade e de espaço foram dissociadas, e que para se buscar a compreensão dos processos de formações econômicas (fruto das relações sociais) e formações espaciais de um território nacional há que se considerá-las inseparáveis do ponto de vista teórico, assim, sugeriu que a categoria que deve ser considerada é a categoria de “formação socioespacial”. A categoria Formação Socioespacial pode ser definida como a escala do Estado-Nação, isto é, do território nacional. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Desta forma, na visão de Santos (2005), as ações dinamizam as formas – objetos técnicos e naturais e grandes obras de engenharia – e estas em *révanche* condicionam as ações sociais, ou seja, o espaço é um condicionante social desde que se considere sua animação pelas forças sociais.

Partindo da concepção de que o território é o produto e a condição de uma difusão seletiva do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002) verifica-se a necessidade de identificar os distintos poderes que têm os agentes em usar o território. Sem dúvida, o agente mais significativo no exercício do poder de uso do território é o Estado, pois para o exercício do poder são necessários meios para fazê-lo e o Estado é o agente que dispõe dos meios mais coercitivos, mais poderosos, que são os poderes de confeccionar leis e exercer a violência, pois reclama para si o monopólio legítimo da violência<sup>3</sup>. Nossa proposta é compreender o território usado através da ótica do Estado<sup>4</sup>, ou seja, buscaremos interpretar o território usado na América do Sul a partir da política.

## **UMA FACE DA ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL: A AÇÃO DO BNDES**

Quando se propõe interpretar o território usado na América do Sul a partir da política, convém destacar que esta política é praticada pelo governo brasileiro através do BNDES por meio do financiamento i) de empresas brasileiras que atuam na construção de grandes obras de infraestrutura nos países sul-americanos e ii) do financiamento de empresas estrangeiras em outros países sul-americanos que queiram importar produtos, materiais e serviços de empresas brasileiras destinados à ampliação da densidade técnica de partes de seus territórios nacionais. Essa ampliação da densidade técnica é seletiva, isto é, pontos dos territórios acolhem a implantação dos objetos técnicos. Acerca da significância dos objetos técnicos Figuera (2001, p. 269), aponta que

A existência dos objetos geográficos [...] está dialeticamente associada com sua localização, já que ela é essencial para a (e na) produção e reprodução material da sociedade. Não seria exagerado afirmar então que é em sua localização, em tal ou qual lugar, que os objetos materializam a intencionalidade da(s) ação(ões) que define(m) sua(s) função(ões). Portanto, sua localização e, por conseguinte sua criação (ou transformação), em lugares concretos e em momentos precisos, estará em função de ações que por essência são deliberadas, intencionalmente, o que reafirma a presença de uma racionalidade evidente, explícita ou implícita, por trás de cada ação.

---

<sup>3</sup> Para Weber (1991), o Estado seria a única fonte do direito de uso à violência constituindo-se numa “relação de homens dominando homens”, relação esta mantida por meio da violência considerada legítima.

<sup>4</sup> Em Gallo (2011), analisamos no Brasil os convênios federais para ampliação de macrossistemas técnicos firmados entre a União e os municípios. Nesta tese de doutorado apresentamos uma contribuição para interpretar o território usado através da ótica do Estado.

As ações do BNDES se inscrevem no âmbito dos “Convênios de Pagamentos e Créditos Recíprocos” (CCR), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). O CCR é um instrumento que permite a compensação de pagamentos decorrentes de exportações e importações entre países da região, sendo um mecanismo para o incremento do comércio e para a implementação de projetos de infraestrutura na América Latina.

Um ponto importante desse mecanismo político inserido na ALADI é a relação do Estado (em suas várias escalas) com as empresas, que também pressionam direta e indiretamente para a liberação dos recursos. A gestão e regulação do território são cada vez mais críticos porque as instâncias econômicas têm muito poder de interferência. Por isso, Santos (1997a) chega a sugerir a existência de uma *política das empresas*, isto é, uma política caracterizada pela interferência direta (das empresas) nos orçamentos dos poderes públicos de equações parametrizadas segundo os lucros das empresas e não segundo os interesses gerais da sociedade.

Dentre ações do BNDES na América do Sul podem ser destacadas o financiamento feito pelo Banco à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (os recursos empenhados pelo BNDES foram da ordem de US\$ 767 milhões), além de parte das obras de integração dos sistemas de transportes, irrigação e energia anunciados na América do Sul. Dentre as obras citadas podemos destacar<sup>5</sup>:

- i) Sistemas metroviários de Santiago (Chile) e de Caracas (Venezuela): a diretoria do BNDES aprovou em 2005 uma linha de crédito para o financiamento de até US\$ 25 milhões para a Alstom Brasil Ltda. exportar 43 carros metroviários para o Chile para a Empresa de Transporte de Pasajeros Metro S/A, que tem como acionistas o Tesouro Público do Chile e a Corporação de Auxílio à Produção, uma estatal chilena. Os 43 carros metroviários importados do Brasil serão usados no projeto de expansão da Linha 2 do metrô de Santiago. Já com relação ao metrô de Caracas o BNDES aprovou em 2004 um financiamento de US\$ 79 milhões para que a empresa Norberto Odebrecht S.A. realize a exportação de bens e serviços para ampliação da linha 3 do metrô de Caracas. Entre os itens exportáveis financiáveis estão tubulações (para ar, água e eletricidade), aço para construção, guindastes, pontes rolantes e caminhonetes, atingindo 51,3% do valor financiado. As exportações de serviços, que correspondem a 48,7% do valor financiado, são relativas a gerenciamento de obras civis, levantamentos topográficos, sismológicos e geológicos, administração de materiais e equipamentos.
- ii) Ramais de gasodutos na Argentina: em 2005 o BNDES aprovou linha de crédito de US\$ 200 milhões para o financiamento da construção de gasoduto da empresa Transportadora de Gás Del Norte (TGN) e Transportadora de Gás Del Sur (TGS) – esta última, a TGS, tem participação acionária da Petrobras Energia S.A. (PESA), subsidiária da Petrobras na Argentina, e transporta cerca de 60% do gás consumido naquele país. Nesta ação o financiamento do BNDES foi dividido em duas operações, sendo US\$ 170 milhões para exportações de bens

---

<sup>5</sup> Informações obtidas no site do [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) acessado em 20 de dezembro de 2011.

e serviços de engenharia e construção pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO) e US\$ 30 milhões referentes a bens (tubos) produzidos pela Confab. O fornecimento de mercadorias brasileiras pela CNO contempla máquinas e equipamentos, tubos e outros materiais, inclusive chapas de aço produzidas no Brasil pelas siderúrgicas Usiminas e Cosipa. Além disso, em 2006 o BNDES aprovou outro financiamento – este de US\$ 279 milhões – destinado à exportação de bens e serviços brasileiros de engenharia e construção para a ampliação de gasodutos na Argentina.

- iii) Projetos de irrigação na Venezuela: o BNDES aprovou em 2004 um financiamento de US\$ 115,6 milhões para que a empresa Norberto Odebrecht S.A. atue na construção de obras de irrigação na região de Maracaibo, no noroeste venezuelano, no Projeto de Irrigação El Diluvio-Palmar, que tem como objetivo controlar as inundações do rio Palmar. Segundo o governo da Venezuela, este projeto visa criar condições para o desenvolvimento agropecuário e a disponibilidade de água potável para a população. Do valor financiado, 63,5% corresponderá a exportações de bens fabricados no Brasil, como equipamentos mecânicos, comportas, fundações, chapas de aço, tubulações de ferro e PVC, guindastes, caminhões, tratores e motoniveladoras. O restante do financiamento servirá para a exportação de serviços de engenharia, como direção das obras, desenvolvimento de projeto, administração de materiais e controle de qualidade. Nesta modalidade de ação do BNDES o financiamento é realizado para o importador dos bens e serviços, no caso a República Bolivariana da Venezuela.
- iv) Projetos de integração e infraestrutura a serem executados pela Bolívia: em 2004 o BNDES assinou com o governo da Bolívia um acordo destinado a estruturar operações de financiamento, no valor total de até US\$ 600 milhões, para a aquisição de bens e serviços brasileiros pela república boliviana, no âmbito de projetos que promovam a integração da América do Sul. Pelas regras do acordo, o BNDES e a República da Bolívia devem identificar projetos de integração e infraestrutura a serem executados pela Bolívia, viabilizando a aquisição de bens e de serviços oferecidos por empresas brasileiras.

É mediante a implantação e renovação das materialidades no território que se reconfiguram novos usos do território. A instalação e melhoramento de infraestruturas hídricas, de energia e de transportes, ou como sugere Santos (1997b), a instalação e melhoria dos *sistemas de engenharia* (conjunto de fixos, naturais e sociais) redesenham os fluxos no território. Para o referido autor, “os fixos nos dão o processo imediato do trabalho (...) são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens” (p. 77).

A relevância da análise dos fixos é corroborada pela afirmação de Santos (2002, p. 62) ao afirmar que

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada

lugar. Os fluxos são o resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

Além das ações do BNDES, listadas acima pode-se citar, também, que em junho de 2011 os presidentes do BNDES, Luciano Coutinho, e do Banco do Brasil (BB), Aldemir Bendine, firmaram um contrato de financiamento a exportações brasileiras de máquinas e equipamentos a países da América Latina. Por meio desse acordo, que estabeleceu uma Linha de Crédito no valor equivalente a até US\$ 200 milhões, o Banco do Brasil, atuando por meio de suas agências fora do território brasileiro, poderá financiar importadores de bens de capital brasileiros, inicialmente nos mercados da Argentina, do Chile e do Paraguai. Entre as exportações que deverão ser incrementadas com esta linha, destacam-se máquinas e implementos agrícolas, máquinas industriais, ônibus e caminhões, máquinas rodoviárias, geradores e transformadores e equipamentos de telecomunicações brasileiros. Atualmente, o BNDES está em processo de negociação com cerca de 20 bancos, em sete países na América Latina (Uruguai, Peru, Panamá e República Dominicana, além da Argentina, Chile e Paraguai) — região de maior demanda por bens de capital do Brasil — e também da África, com potencial de concessão de linhas de crédito no valor total de mais de US\$ 600 milhões<sup>6</sup>.

Os itens destacados acima justificam a relevância de se apontar o papel do BNDES como banco estatal brasileiro exportador de bens de capital para a América Latina, cujos financiamentos buscam atender (principalmente) a ampliação da densidade técnica de partes da América do Sul e, ao mesmo tempo, sendo um banco estatal auxilia na estratégia geopolítica do Estado brasileiro de ampliação de sua influência na região.

## **FATORES INTERNOS E EXTERNOS NA AMPLIAÇÃO DAS MATERIALIDADES: O IMPERATIVO DA ACELERAÇÃO DOS FLUXOS DO PERÍODO ATUAL**

A racionalidade na repartição da produção entre diferentes lugares ocorre, concomitante, a um controle mais centralizado dos excedentes gerados por esta produção. Desta forma, tem-se uma tendência à fragmentação territorial da produção *pari passu* a tendência de um comando mais centralizado. Santos (2002, p. 335) escreve que

se o “mundo”, hoje, torna-se ativo sobretudo por via das empresas gigantes, essas empresas globais produzem privatisticamente suas normas particulares, cuja vigência é, geralmente e sob muitos aspectos, “indiferente” aos contextos em que vêm se inserir. Por sua vez, os governos “globais”, como por exemplo, o do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, cuidam de interesses “globais”.

---

<sup>6</sup> Informações obtidas no site do [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) acessado em 20 de dezembro de 2011.

No caso da América do Sul, o BNDES do governo brasileiro teria função similar, todavia na escala regional, ao do FMI ao se tornar uma agência financiadora das ações de empresas brasileiras nos países sul-americanos. A implantação seletiva de *macrossistemas técnicos* (SANTOS, 2002) promovida por empresas brasileiras, muitas vezes visa atender os interesses dos governos nacionais, mas, também, busca atender o imperativo da aceleração dos fluxos do período atual – exigência das grandes corporações globais para se instalar nos territórios de países subdesenvolvidos, ou seja, atendem aos impulsos globais dos agentes hegemônicos.

Esses impulsos globais, de acordo com Ribeiro e Silva (2004, p.351), podem ser interpretados como:

vetores que condensam informação e inovação (...) significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa, que se apropria de condições herdadas e de níveis de controle da mudança permitidos pelo meio técnico-científico-informacional.

Na leitura de Farias (2008) os impulsos globais podem ser, portanto, considerados manifestações geográficas daquilo que Santos (2002) conceitua como *eventos*<sup>7</sup>, na medida em que representam, mediante ao conjunto de possibilidades existentes no mundo, a concreção de algumas dessas possibilidades, numa dada formação socioespacial, região ou lugar. “Trata-se, desse modo, de uma noção que visa apreender a dialética entre o tempo e o espaço” (FARIAS, 2008, p. 50).

Incorporando parcelas territoriais de diferentes lugares, os circuitos produtivos globais estão cada vez mais integrados por uma rede técnica e normativa, haja vista que a coerência sistêmica do período atual é dada pela unicidade técnica planetária, pela convergência de um quadro político-normativo e pela possibilidade de comunicação instantânea entre diferentes lugares (SANTOS, 2000). Sob a ótica empírica presencia-se aquilo que Hobsbawm (1982) enxergava com a expansão do capitalismo industrial na segunda metade do século XIX, ou seja, a emergência de uma história mundial, decorrente da transformação do globo em uma constante realidade operacional (FARIAS, 2008).

Assim, a realidade das formações socioespaciais latino-americanas (dos maiores e menores países) seria uma constante dialética entre *fatores internos* e *fatores externos*. Para Santos (1997b) os primeiros (os fatores internos) diriam respeito a tudo aquilo que estaria presente num lugar determinado cujas variáveis teriam a mesma dimensão do lugar, seriam delimitadas pelo lugar. Os fatores externos referem-se a tudo aquilo cuja sede seria fora do lugar e que teria uma escala de ação mais ampla que o lugar, muito embora incida sobre ele. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores, ou, nas palavras de Raffestin (1993) de como se articulam as *redes do poder*, haja vista que se por um lado não se podem compreender as dinâmicas

---

<sup>7</sup> Segundo Santos (2002, p. 144) “se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo”.

*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

locais sem recorrer às complexas redes políticas estabelecidas, também não se pode negar, numa formação socioespacial periférica, o papel exercido pelo mercado na conformação de políticas que orientam os investimentos locais. Foucault (1993), baseando-se no livro II de Marx, lembra que o discurso do poder se exerce no coletivo e não individualmente; não há um poder, mas sim vários poderes. Para o autor estes vários poderes seriam formas de dominação que operam localmente com suas próprias estratégias de ação. Pode-se entender então que referimo-nos às formas de poderes regionais e locais.

Conveniente à nossa proposta discussão se faz a argumentação de Coraggio (1988, p.7) a respeito das autonomias locais. O autor questiona até que ponto a autonomia é local, uma vez que é inerente ao sistema capitalista a ideia de subordinação dos lugares a decisões e ações externas, excluindo a possibilidade de um espaço com atuação própria. A explicação do fenômeno local não reside somente na escala local ou regional porque os lugares encontram-se organizados dentro de uma lógica externa, dentro de uma lógica que é global, haja vista que com a crescente especialização das tarefas na divisão territorial do trabalho, os lugares são atravessados por fluxos de todas as ordens, tipos, intensidades e, sobretudo, direções<sup>8</sup>. Num movimento desigual e combinado do espaço geográfico, certas partes se valorizam enquanto outras se desvalorizam.

Embasado nesse debate teórico, propomos compreender política (pela ótica da ação do Estado) e território como um par dialético. A leitura do território pela via política estabelecida entre os Estados nacionais, intermediados pela ALADI, pode representar uma possibilidade de construção analítica e política dos vínculos entre os países dessa porção do globo.

A globalização hegemônica, conforme Gorz (2004) é referida ao imperativo da competitividade que afrouxa as coerções sociais colocando aqueles Estados que aceitam a supremacia das leis do mercado, a serviço da competitividade das empresas. Esse imperativo conduz ao divórcio entre os interesses do capital transnacional e aqueles do Estado nacional, referido à nação. O espaço político do Estado (que deveria abranger a totalidade do território nacional) e o espaço econômico das empresas (constituído por pontos, por fragmentos de interesse do capital transnacional) deixam de coincidir, sobretudo neste período da globalização. Ao institucionalizar e materializar interesses do mercado (porque a fluidez requerida pelas empresas é normativa e também infraestrutural), o Estado ordena um território fluido para o mercado hegemônico, um território reticulado por interesses pontuais e setoriais (FARIAS, 2008). Ao realizar a política desejada pelas empresas o Estado renuncia aos pactos coletivos para realizar pactos de abrangência pontual; para as empresas a valorização do lugar tem que ver com os pontos de interesse de lucro e não com o entorno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa interpretação teórica observa-se que os investimentos de empresas brasileiras (financiadas pelo BNDES) no continente sul-americano tendem a ser

---

<sup>8</sup> Em interessante estudo, Arroyo (2006) mostra como no caso da América Latina as fronteiras dos territórios nacionais tornam-se “porosas” para os fluxos financeiros globais.  
*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>



localizados segundo uma lógica para atender o mercado global. Se o intuito é se pensar num projeto de integração sul-americana, tal pensamento deve perceber que a ação do BNDES é o de observar a América Latina como uma *região geométrica*, aquela que corresponde à delimitação organizada para fins de intervenção e de planejamento, isto é, um determinado subespaço no espaço geográfico delimitado segundo uma intencionalidade para que nele possa se realizar uma determinada ação. Nesse sentido a escala cartográfica (geométrica) é a que determina sua extensão e limites. Essa noção se contrapõe à *região geográfica*, ou seja, aquela que corresponde à região de fato, aquela determinada a partir da concretização e coexistência de diferentes eventos, isto é, de diferentes ações num mesmo subespaço, definindo uma unidade e uma contiguidade e que determina a extensão e os limites regionais<sup>9</sup>.

Segundo Silveira (1999, p. 25-26) as dinâmicas diferenciadas das regiões devem ser analisadas levando-se em conta a operacionalidade do conceito de “situações geográficas”. Segundo a autora, uma situação geográfica pode ser entendida como o “resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais [...] modificando o dinamismo pré-existente e criando uma nova organização das variáveis”.

Em cada região as situações geográficas dariam a coerência espacial e temporal dos eventos, isto é, “a situação geográfica cristaliza uma dada divisão territorial do trabalho e revela o caminho da instalação de uma nova divisão territorial do trabalho”. Salienta-se que no atual momento histórico aumenta-se, em cada lugar, o número e a frequência dos eventos tornando o espaço mais denso, incorporado e complexo.

Assim, países inteiros – e muitas regiões em outros tantos países – que não forem “interessantes” ao projeto de empresas brasileiras que buscam o financiamento do BNDES, estariam excluídos da possibilidade de obter a implantação de modernizações em seus territórios. Desta forma, os sistemas técnicos atuais (e sua difusão seletiva), ao lado das novas tecnologias da informação, tornam mais complexa a divisão territorial do trabalho na América do Sul.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, María Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, María Mónica (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Depto de Geografia da USP/Clacso, 2006. p. 177-190.

CATAIA, Márcio. Território político: fundamento e fundação do Estado. In **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1), pp. 115-125, abr. 2011. Disponível em <[http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11531/pdf\\_37](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11531/pdf_37)>. Acessado em 18 jun. 2011.

---

<sup>9</sup> Essa distinção entre região geométrica e região geográfica é tratada em Santos (2005). *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

CORRAGIO, José Luis. Dilemas da investigação urbana a partir de uma perspectiva popular na América Latina. In **Espaço & Debates**. São Paulo, Neru, (23), p. 76-91, 1988.

FARIAS, Hélio Caetano. O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2008.

FIGHERA, Delfina Trinca. Globalização e seletividade espacial. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos, obra revisitada. São Paulo: EDUSP/HUCITEC/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1993.

GALLO, Fabricio. Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das transferências intergovernamentais voluntárias entre União e municípios. **Tese** (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2011.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004. p. 160.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **Território brasileiro**. Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **El rosto urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

\_\_\_\_\_. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In **Cadernos IPPUR** (p.15-25), Ano XII, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Da política dos estados à política das empresas. In **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, 3(6): 3-191, p 9-23, jul/dez. 1997a.

*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(1): 72-82, jan./jun., 2012 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed., São Paulo, Hucitec, 1997b.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método. In **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, São Paulo: AGB-SP, 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, María Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In **Revista Ciência Geográfica**. Bauru/SP, vol. XV, (1), jan./dez., 2011.

\_\_\_\_\_. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IBÁÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (Org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In **Revista Território**, ano IV, n. 16, jan./jun. 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora da UnB, vol. 1, 1991.

#### **Sites consultados:**

[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

[www.clacso.org](http://www.clacso.org)

[www.metrosantiago.cl](http://www.metrosantiago.cl)

[www.tgn.com.ar](http://www.tgn.com.ar)

[www.tgs.com.ar](http://www.tgs.com.ar)

Artigo submetido em: 18/09/2012

Aceito para publicação em: 04/10/2012

Publicado em: 18/12/2012